

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.301.601 - RJ (2018/0128738-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **SANERIO ENGENHARIA LTDA**  
**ADVOGADOS** : **YAMBA SOUZA LANNA - RJ093039**  
 : **JULYANA IUNES PINHO - RJ149932**  
**AGRAVADO** : **PAVIMAQ PAVIMENTACOES E COMERCIO LTDA**  
**ADVOGADO** : **DELTON PEDROSO BASTOS JUNIOR - RJ131592**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial ante a aplicação da Súmula n. 7/STJ (e-STJ fls. 171/173).

O acórdão do TJRJ traz a seguinte ementa (e-STJ fl. 111):

Direito empresarial. Direito processual civil. Habilitação retardatária de crédito em recuperação judicial. Alegação da recuperanda de que não poderia ser habilitado o crédito por ser ilíquido. Suposta iliquidez que resultaria do fato de que a recuperanda ajuizou demanda em face de sua credora para o fim de discutir o valor da dívida. Impossibilidade de acolher o argumento. Caso tal alegação fosse acolhida, qualquer recuperando poderia propor demandas em face de todos os seus credores para discutir o valor de suas dívidas e a consequência seria a impossibilidade de se habilitar qualquer crédito na recuperação. Redução ad absurdum do argumento. Recorrente que alega ter havido julgamento *ultra petita* que não se sustenta, pois a decisão limitou-se a reconhecer a atualização do valor originariamente pretendido. Honorários advocatícios que incidem na habilitação de crédito impugnada pela recuperanda. Desprovimento do recurso.

No recurso especial (e-STJ fls. 141/146), fundamentado no art. 105, III, alínea "a", da CF, a recorrente afirmou existir julgamento *ultra petita*, argumentando que "a r. decisão de grau que concedeu benefício além do que requerido pela recorrida, visto que foi pleiteado na exordial o valor de R\$ 57.818,58 e o juiz concedeu o valor de R\$ 57.923,05 – além do que majorou sua condenação danos ônus sucumbenciais" (e-STJ fl. 144). Nesse contexto, requereu a revisão do valor do crédito habilitado para R\$ 57.818,58 (cinquenta e sete mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos).

Defendeu que:

(i) o procedimento de habilitação apresentaria natureza de incidente processual – o que afastaria a incidência do princípio da causalidade –, bem como tornaria indevida sua condenação ao pagamento de encargos sucumbenciais, e

(ii) "o v. acórdão recorrido feriu a *pars conditio creditorum* preceituada na legislação falitária, concedendo ao patrono da recorrida tratamento diferenciado do dispensado aos demais patronos dos credores da recuperanda que tiveram seus incidentes encerrados sem a condenação da recorrente em honorários advocatícios, sendo esta, na verdade, a única maneira possível em casos tais o presente" (e-STJ fl. 145).

Apontou violação do art. 6º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005, pois o crédito da recorrida seria desprovido de liquidez e certeza, o que impediria sua inclusão no quadro geral de credores, bem como justificaria a extinção da demanda sem resolução do mérito.

Acrescentou que "quando muito, deve ser aguardado o julgamento da ação ordinária, onde ocorrerá a efetiva consolidação dos reais valores eventualmente devidos de modo, somente então, permitir-se realizar eventual modificação na lista de credores para inclusão da ora habilitante" (e-STJ fl. 144).

Suscitou desrespeito aos arts. 9º, II, e 49 da Lei n. 11.101/2005, porque "eventual crédito não poderia nunca superar o principal negociado relativamente a operações efetivamente perfeitas e acabadas entre as partes, apuradas na data da distribuição do pedido, a serem atualizadas e pagas dentro da moeda que a aqui vier a ser fixada de forma igualitária para toda a comunidade credora em respeito à devida *pars conditio creditorum* e às demais regras do regime especial" (e-STJ fl. 144).

Sustentou ofensa ao art. 85, § 2º, I, II, III e IV, do CPC/2015, por considerar excessiva a verba honorária sucumbencial do patrono da parte recorrida, motivo por que deveria ser reduzida, e não mantida em 15% (quinze por cento) do valor do crédito controvertido – R\$ 57.923,05 (cinquenta e sete mil, novecentos e vinte e três reais e cinco centavos).

Asseverou, no ponto, que "não foram sequer feitas diversas peças de grande complexidade pelo patrono da recorrida, não tendo sido necessário o acompanhamento ostensivo do desencadeamento dos atos processuais e formulações de estratégias de defesa" (e-STJ fl. 145).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 156/162).

No agravo (e-STJ fls. 185/192), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ fls. 198/203).

Parecer do Ministério Público Federal, opinando pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 222/226).

É o relatório.

Decido.

A parte recorrente deixou de indicar os dispositivos legais supostamente ofendidos ou que tiveram sua aplicação negada sobre:

(i) a tese de julgamento *ultra petita*,

(ii) a alegação de que o procedimento de habilitação apresentaria natureza de incidente processual – o que afastaria a incidência do princípio da causalidade –, bem como tornaria indevida sua condenação ao pagamento de encargos sucumbenciais, e

(ii) a tese de que "o v. acórdão recorrido feriu a *pars conditio creditorum* preceituada na legislação falitária, concedendo ao patrono da recorrida tratamento diferenciado

do dispensado aos demais patronos dos credores da recuperanda que tiveram seus incidentes encerrados sem a condenação da recorrente em honorários advocatícios, sendo esta, na verdade, a única maneira possível em casos tais o presente" (e-STJ fl. 145).

Ausente tal requisito, a fundamentação recursal mostra-se deficiente e torna inviável o conhecimento do recurso, ante o óbice da Súmula n. 284/STF, aplicada por analogia.

Nesse contexto: AgRg no AREsp n. 410.404/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 14/12/2016, e AgRg no AREsp n. 816.653/PR, Relator Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 4/4/2016.

O conteúdo jurídico dos arts. 9º, II, e 49 da Lei n. 11.101/2005 não foi examinado pelo TJRJ, sobretudo com o enfoque pretendido pela agravante, que ademais não cuidou de opor embargos de declaração exigindo o prequestionamento da matéria, de sorte que o conhecimento do recurso, no ponto em que alega a violação dos referidos dispositivos, depara-se com o óbice das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Além disso, o aresto impugnado está assentado em fundamento autônomo não rebatido pela recorrente. Com efeito, o Tribunal *a quo* concluiu que "o fato de ter a apelante ajuizado demanda para impugnar o crédito não o torna ilíquido" (e-STJ fl. 130).

Esse fundamento não foi impugnado no recurso excepcional, do que resulta a incidência do obstáculo erigido pela Súmula n. 283/STF.

Não há como verificar a liquidez e a certeza do crédito habilitado sem o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

A empresa recorrente foi condenada ao pagamento da verba honorária sucumbencial, ante o caráter litigioso do pedido de habilitação do crédito da parte recorrida (e-STJ fl. 134).

A respeito de tal razão de decidir, a recorrente não se manifestou, o que atrai a aplicação da Súmula n. 283/STF.

Ademais, "consoante entendimento jurisprudencial adotado nesta Corte, é impositiva a condenação aos honorários de sucumbência quando apresentada impugnação ao pedido de habilitação de crédito em sede de recuperação judicial ou falência, haja vista a litigiosidade da demanda" (AgInt no AREsp n. 1.153.887/SP, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 19/12/2018).

Do mesmo modo:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM PROCESSO FALIMENTAR. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, II, 535, DO CPC. INOCORRÊNCIA. IMPUGNAÇÃO À CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO. LITIGIOSIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS. *REFORMATIO IN PEJUS*. NÃO CONFIGURADA.

(...)

4. Ante a litigiosidade existente no procedimento de impugnação de créditos, passam a ser devidos honorários advocatícios como decorrência do princípio da sucumbência. Precedentes.

5. Recurso especial conhecido e não provido.

(REsp n. 1.591.181/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/10/2017, DJe 13/10/2017.)

Estando o acórdão impugnado em sintonia com a jurisprudência assente neste Tribunal Superior, incide a Súmula n. 83/STJ, a qual se aplica como óbice tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto àqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Quanto ao pedido do valor do encargo ora citado, a Segunda Seção do STJ, no julgamento do REsp n. 1.746.072/PR, Relator p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, ocorrido em 13/2/2019, acórdão publicado em 29/3/2019, entendeu que "o CPC/2015 tornou mais objetivo o processo de determinação da verba sucumbencial, introduzindo, na conjugação dos §§ 2º e 8º do art. 85, ordem decrescente de preferência de critérios (ordem de vocação) para fixação da base de cálculo dos honorários, na qual a subsunção do caso concreto a uma das hipóteses legais prévias impede o avanço para outra categoria. 4. Tem-se, então, a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). 5. A expressiva redação legal impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo".

No caso, à mingua de conteúdo condenatório da decisão agravada originária, a verba honorária sucumbencial foi fixada pela Justiça de origem em 10% (dez por cento) do valor do proveito econômico obtido pela contraparte no processo, destacando a Corte local, ainda, que esse percentual é o mínimo imposto pelo CPC/2015 (e-STJ fl. 134).

Inafastável, desse modo, a Súmula n. 83/STJ nessa parte.

Além disso, conforme a jurisprudência da Corte Especial do STJ, "é devida a

majoração da verba honorária sucumbencial, na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, quando estiverem presentes os seguintes requisitos, simultaneamente: a) decisão recorrida publicada a partir de 18.3.2016, quando entrou em vigor o novo Código de Processo Civil; b) recurso não conhecido integralmente ou desprovido, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente; e c) condenação em honorários advocatícios desde a origem no feito em que interposto o recurso" (AgInt nos EAREsp n. 762.075/MT, Relator p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 7/3/2019).

Devido à existência de tais requisitos, a Corte de origem arbitrou honorários recursais em 5% (cinco por cento).

Ressalte-se que, segundo o precedente aqui transcrito, "da majoração dos honorários sucumbenciais promovida com base no § 11 do art. 85 do CPC/2015 não poderá resultar extrapolação dos limites previstos nos §§ 2º e 3º do referido artigo", o que foi observado.

Caso, portanto, de nova aplicação da Súmula n. 83/STJ.

Por fim, "[...] a lei não exige comprovação do efetivo trabalho adicional realizado pelo advogado da parte recorrida para a majoração dos honorários [...]" (AgInt nos EAREsp n. 762.075/MT, Relator Ministro FELIX FISCHER, Relator p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe 7/3/2019).

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, **MAJORO** os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator